



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 53/2021

Carta Convite n.º 13/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO VESTIÁRIO DA QUADRA DA ESCOLA THEODORO JOSÉ DUARTE, EM VILA CARDOSO

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A Secretária Municipal de Educação solicitou a contratação, através dos meios legais, de empresa para a prestação de serviços de construção de vestiários na Escola Municipal Theodoro José Duarte.

Justificou que a construção do vestiário da quadra poliesportiva da escola referida escola é para manter as atividades esportivas e escolares dos alunos, tendo em vista que a prática esportiva é imprescindível para inclusão social de crianças carentes do município.



# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Está anexado o projeto da obra – Vestiários – Quadra de Esportes – elaborado pela equipe técnica da prefeitura. O Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária estão anexados. Os documentos produzidos pelo setor técnico de engenharia da prefeitura, contém as assinaturas, porém não está devidamente identificado. Devendo a Comissão de Licitação identificar adequadamente o profissional que assinou os citados documentos.

O Departamento de contabilidade forneceu as dotações orçamentárias para o custeio dos serviços.

O Prefeito autorizou a abertura do processo licitatório.

O Edital, aliado ao Termo de Referência – Anexo I, descrevem o objeto, e atendem ao previsto no artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seus art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

O processo está devidamente instruído com todos os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, termo de referência e do respectivo contrato administrativo que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale destacar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo também reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução.

Deste modo, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, em observação à fragilidade da licitação na modalidade Carta Convite, indicando que a Comissão de Licitação preserve a ampla concorrência, a impessoalidade e a moralidade no processo, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, que submeto à autoridade administrativa superior.

Porto Esperidião-MT, 16 de dezembro de 2021.

José de Barros Neto

Portaria 58/2012

Luís Carlos Gomes de  
Advogado - OAB-MT 284149